

FARMACOTERAPIA COM ANTIDEPRESSIVOS EM DEPENDENTES QUÍMICOS

Loise de Oliveira Silva¹; Natália Prearo Moço^{2,5}; Isabella Garcia Takahashi^{3,5}; Paulo Henrique da Silva Lima^{4,5*}

¹ Graduanda de Biomedicina, Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS; ² Doutora em Patologia – FMB/UNESP; ³ Esp. em Vigilância em Saúde na modalidade Residência Multiprofissional pela instituição – FAMERP; ⁴ Farmacêutico – Centro Universitário Uningá, Mestre em Geografia (UFMS); ⁵ Docente das Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS

*autor correspondente: pauloh.lima@hotmail.com

RESUMO

O estudo aqui desenvolvido caracteriza-se como pesquisa bibliográfica e qualitativa que teve como objetivo apresentar algumas abordagens farmacológicas (antidepressivos) que vem sendo utilizadas no tratamento de diferentes formas de dependência química. A dependência química é um problema de saúde pública em diversos países, porém, ainda não se tem um protocolo clínico com eficiência total e que se justifique para o tratamento farmacológico. Buscou-se contribuir com as políticas públicas que apontassem para a necessidade de se utilizar fármacos que antes eram utilizados somente para tratar a depressão e que promoveu mudanças significativas em dependentes químicos. Nesse contexto, a farmacoterapia exerceu um papel importante não somente para o tratamento da depressão, mas também pelas demais formas de dependência química sendo complementada por outras atividades visando a qualidade de vida desses pacientes. Concluiu-se que, apesar dos antidepressivos trazerem bons resultados no tratamento da dependência química, ainda existem alguns que não apresentaram evidências positivas comprovadas que permitam sua utilização. Existiram alguns fatores, além da ação farmacológica dos fármacos, que puderam auxiliar o tratamento da dependência química, como o acompanhamento psicológico e isso pode ser considerando no planejamento de ensaios clínicos futuros. Entretanto, é fundamental que esse estudo possa servir como parâmetro para que mais pesquisas sejam realizadas na busca por novos fármacos que auxiliem o tratamento da dependência química, além da participação ativa do paciente nesse processo.

PALAVRAS-CHAVE: antidepressivos; dependentes químicos, farmacoterapia.

1 INTRODUÇÃO

O final da década de 1950, trouxe uma descoberta bastante promissora: drogas antidepressivas utilizadas na prática clínica trouxeram um avanço importante para o tratamento dos transtornos depressivos e a depressão tornou-se um problema médico semelhante a outras doenças como o diabetes e a hipertensão arterial (MORENO et al., 1999).

Até o final dos anos de 1980, somente existiam duas classes de antidepressivos: os tricíclicos (ADTs) e os inibidores de monoaminoxidase (IMAOs). Mesmo sendo eficazes, possuíam

graves efeitos colaterais, além de serem potencialmente letais em casos de superdosagem. Esses efeitos colaterais foram atenuados a partir do surgimento de novas classes de antidepressivos (quase vinte anos depois) que diferiam dos clássicos ADTs e IMAOs, irreversíveis pela seletividade farmacológica (MORENO et al., 1999).

Apesar dos inúmeros avanços nas pesquisas (como retratados nos parágrafos anteriores) ainda não é possível se dispor de uma explicação completa sobre o uso dos antidepressivos, sem contar que alguns deles possuem estruturas químicas diferentes que aumentam

a disponibilidade sináptica de um ou mais neurotransmissores, através da ação em diversos receptores e enzimas específicos (VISMARI, 2008).

Nesse contexto, a farmacoterapia exerce um papel importante para o tratamento da depressão, sendo complementada por outras atividades que visam melhorar a vida desses pacientes. Além disso, esses tratamentos farmacológicos também possuem a finalidade de atenuar a síndrome de abstinência, diminuir a fissura e atuar no tratamento de dependentes químicos (FONSECA; LEMOS, 2015).

Dados do Relatório Mundial sobre Drogas 2019, elaborado pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), demonstrou que 35 milhões de pessoas em todo o mundo sofrem de transtornos por uso de drogas, enquanto apenas uma em cada sete pessoas recebe tratamento (UNODC, 2019).

Assim, atualmente, esses fármacos assumiram uma função bastante relevante na terapia do dependente químico, sendo associada a práticas inseridas num contexto multidisciplinar visando melhorar a rotina do paciente.

A dependência química, é considerada como uma doença de período longo e que gera inúmeros transtornos pessoais, familiares e sociais. Dentre os tratamentos disponíveis, além dos fármacos, há avanços pluridisciplinares, psicoterapia e ação social para melhorar a inclusão dos usuários de drogas na sociedade. Apesar disso, o tratamento da dependência química ainda é algo bastante difícil (FERREIRA et al., 2015).

Nesse sentido, este estudo justifica-se por poder contribuir com as políticas públicas que apontam para a necessidade de se inserir fármacos que eram utilizados somente para tratar a depressão e agora podem promover mudanças significativas voltando seu uso para dependentes químicos.

Diante desse contexto, o principal

objetivo desde estudo é apresentar as abordagens farmacológicas (antidepressivos) utilizadas no tratamento de diferentes substâncias psicoativas que causam dependência química.

Neste artigo realizou-se uma revisão de literatura acerca dos estudos que abordam o uso de fármacos (antidepressivos), publicados em periódicos brasileiros, capítulos de livros e artigos científicos que se encontram indexados em plataformas de pesquisas digitais, tais como *Scielo*, *Lilacs* e *Google Scholar*. Durante a pesquisa foi dada preferência às publicações entre 2010 e 2021, entretanto alguns textos anteriores a esse período foram utilizados por terem sido avaliados como relevantes. Dentre as palavras-chaves utilizadas incluíram-se dependência química, antidepressivos, fármacos e substâncias psicoativas.

2 CLASSIFICAÇÃO DOS ANTIDEPRESSIVOS

A associação entre o uso de fármacos antidepressivos no tratamento de dependentes químicos esteja bem estabelecida, esse assunto tem produzido inúmeros debates quanto às causas e com os diagnósticos e as decisões de tratamento para esses pacientes.

Nesse meio, os resultados dos estudos de tratamento antidepressivo em pacientes dependentes químicos têm sido altamente variáveis, onde a farmacoterapia tem obtido efeitos benéficos modestos quanto aos aspectos da dependência.

A classificação dos antidepressivos está dividida de acordo com a estrutura química ou farmacológica. Nesse contexto, os anéis benzênicos caracterizam os antidepressivos tricíclicos e tetracíclicos, além deles os ADTs também se encontram divididos em dois grandes grupos as amins terciárias (imipramina, amitriptilina, trimipramina e doxepina) e as amins secundárias (desmetilimipramina, nortriptilina e protriptilina). Nesse

contexto, as características farmacológicas da maprotilina se assemelham aos ADTs, sendo também consideradas na classe de antidepressivos (MORENO et al., 1999).

Ainda segundo Moreno et. al. (1999), os antidepressivos são classificados em função da ação farmacológica mais útil na prática clínica, visto que muitos antidepressivos de nova geração não compartilham estruturas comuns e podem ser divididos de acordo com o mecanismo de ação proposto.

Além disso, esses medicamentos são capazes de produzir um significativo aumento na concentração dos neurotransmissores através da inibição do metabolismo, do bloqueio de recaptura neuronal ou da atuação em autos receptores pré-sinápticos.

Dessa forma, foi possível perceber que os medicamentos antidepressivos recebem uma classificação em função de seu uso prático, independentemente de suas estruturas comuns e aumentam ou diminuem sua eficiência produzindo aumento na concentração dos neurotransmissores.

2.1 Dependência química

A Organização Mundial de Saúde (OMS) conceitua o uso abusivo de drogas como um tipo de doença crônica e recorrente, sendo considerada como um problema de saúde pública, que nos últimos anos vêm trazendo grandes preocupações para toda a sociedade (OMS, 2010).

Assim, de acordo com a Classificação Internacional de Doenças (CID-10), a dependência química caracteriza-se pela presença de inúmeros sintomas comportamentais, fisiológicos e cognitivos, dessa forma o indivíduo prioriza o uso da droga em detrimento de outras obrigações (OMS, 2010).

Nesse contexto, a farmacoterapia possui um papel bastante importante, entretanto, não deve ser a única abordagem e sim deverá agir complementando

outras intervenções psicossociais que buscam melhorar todos os domínios da vida do paciente (CASTRO; BALTIERI, 2004).

Os fármacos administrados podem prevenir ou amenizar a abstinência e diminuir a busca incontrolada do paciente por drogas.

Muitos fármacos têm sido utilizados como forma de intervenção farmacológica a dependentes químicos e podem servir como bloqueadores ou redutores da sensação de prazer que a substância psicoativa causa (reforço positivo), ou ainda aliviar os sintomas da abstinência (reforço negativo) (ARAÚJO et al., 2008).

Ainda de acordo com Araújo et al. (2008), existem algumas medicações que se encontram associadas as fragilidades pessoais de cada dependente (déficit cognitivo, diferenças de sexo e comorbidades psiquiátricas).

Desta forma, a abordagem farmacológica vai depender da substância psicoativa da qual o indivíduo faz uso e seu mecanismo de ação, bem como os efeitos colaterais esperados após a administração do tratamento (BRASIL, 2013).

2.2 A farmacologia dos dependentes químicos

As drogas psicotrópicas são as que tem recebido o maior número de prescrições tanto para os pacientes em uso crônico como para os dependentes de álcool e outras drogas que possuem o risco de desenvolver a dependência por essa substância. Dentre elas destacam-se os antidepressivos, inibidores de captação de serotonina que têm sido mais frequentemente utilizados, por serem mais seguros e mais bem tolerados (LIMA NETO, 2019).

A justificativa para a farmacoterapia com antidepressivos para dependentes químicos fundamenta-se no aumento dos níveis de monoamina, os quais poderiam aliviar a sintomatologia da abstinência devido à ação

geral do antidepressivo. Até o momento, não existem evidências científicas que sustentem o uso de antidepressivos no tratamento da dependência química. Alguns autores ressaltam, entretanto, que as taxas de abandono nos ensaios clínicos com essa população são muito altas, o que justificaria a associação de uma intervenção psicológica ao plano de tratamento (DIEHL; LARANJEIRA, 2015, p. 23).

Um regulador do humor bastante conhecido também é o carbonato de lítio bastante utilizado para o tratamento da doença afetiva bipolar e que também tem sido avaliado para os dependentes de cocaína, entretanto, até o momento, não há evidência científica suficiente que sustente o uso do lítio na dependência de cocaína.

Dentre os fármacos utilizados contra diversos tipos de dependência química, os antipsicóticos atípicos têm sido bastante estudados pois possuem menos efeitos colaterais que possam comprometer o cumprimento do tratamento, tratando de forma mais eficaz os sintomas negativos da dependência (OLIVEIRA, 2000).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante o estudo aqui realizado, pode ser percebido que um dos maiores desafios enfrentados pelos diferentes profissionais na área de saúde está na dificuldade de buscar as diferentes e inúmeras informações dos artigos científicos e encontrar respostas.

Ao nos referirmos a farmacoterapia antidepressiva em uso para dependentes químicos, o panorama não é diferente. O profissional precisa estar atento ao fato de que em sua maioria as pesquisas em relação ao uso dessas substâncias como medicamentos são feitas em sua maioria pela indústria farmacêutica e, por melhores que sejam seus objetivos, existem chances desses produtos serem anunciados como mais

promissores do que são na verdade. Porém, foi bastante significativa a possibilidade de se perceber o quanto a associação entre os fármacos antidepressivos e a dependência química podem trazer benefícios aos pacientes quando utilizados de forma controlada. Nesse sentido, os avanços das pesquisas entre os fármacos antidepressivos é que têm possibilitado que mais pacientes possam fazer uso desses medicamentos.

Segundo Diehl e Laranjeira (2015), os fármacos psicotrópicos ainda representam àqueles que tem recebido o maior número de prescrições tanto para os pacientes em uso crônico como para os dependentes de álcool e outras drogas que possuem o risco de desenvolver a dependência por essa substância. Dentre elas destacam-se os antidepressivos, inibidores de captação de serotonina que têm sido mais frequentemente utilizados, por serem mais seguros e mais bem tolerados (ARAÚJO, 2008).

Apesar dos antidepressivos trazerem bons resultados no tratamento da dependência química, ainda existem alguns que não apresentaram evidências positivas comprovadas que permitam sua utilização. Entretanto, é fundamental que esse estudo possa servir como parâmetro para que mais pesquisas sejam realizadas na busca por novos fármacos que auxiliem o tratamento da dependência química, além da participação ativa do paciente nesse processo.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, R. B., et. al. Craving e dependência química: conceito, avaliação e tratamento. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/jbpsiq/pdf>>. Acesso em: 12 de mar de 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Cadernos de Atenção Básica- Saúde Mental, 2013. Disponível em: <<https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/caderno.pdf>>. Acesso em: 15 de

abr de 2021.

BRUNETTE, M. F. et al. Uso de clozapina e recaídas do transtorno por uso de substâncias entre pacientes com esquizofrenia e transtornos por uso de substâncias concomitantes. *Schizophr Bull*, 32, p. 637-643, 2006.

CASTRO, L. A.; BALTIERI, D. A. Tratamento farmacológico da dependência do álcool. *Braz. J. Psychiatry* 26 (suppl 1), maio de 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbp/a/8M8FC65BCPhX6WmVGX-NVKLw/?lang=pt>>. Acesso em: 15 de abr de 2021.

DIEHL, A.; CORDEIRO, D. C.; LARANJEIRA, R. Dependência Química: Prevenção, Tratamento e Políticas Públicas. Porto Alegre: Artmed, 2015.

FERREIRA, A. et al. Fatores que interferem na adesão ao tratamento de dependência química: percepção de profissionais de saúde. *REME, Rev Min Enferm*, v. 2, p.150-156, abr./jun. 2015.

FONSECA, V. A. S.; LEMOS, T. Farmacologia na dependência química. *In*: DIHL, A; CORDEIRO, D. C; LARANJEIRA, R. Dependência química: prevenção, tratamento e políticas públicas. São Paulo, Ed. Artmed. p. 25-34, 2015.

KNEVITZ, M. F.; BUCCINI, D. F. Psicofármacos no tratamento da dependência química: uma revisão. *RIES, Caçador*, v.7, n. 1, p. 205-219, 2018.

LAFER, B. et al. Depressão no ciclo da vida. *Rev Bras Psiquiatria*, v. 22, n. 3, p. 151-152, 2000.

LIMA NETO, J. B. et al. Antidepressivos: tratamento, dependência e suicídio. *Mostra Científica em Biomedicina*, v. 3, n. 2, 2019.

MORENO, R. A. et. al. Psicofarmacologia de antidepressivos. *Rev. Depressão*, v. 21. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbp/a/XxBdP5vFDFbwB-GDxrYpdf>>. Acesso em: 7 jun. de 2021.

OLIVEIRA, I. R. Antipsicóticos atípicos: farmacologia e uso clínico. *Rev Bras Psiquiatria*, v. 20, (supl), p. 38-40, 2000.

OMS. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Classificação Internacional de Doenças. 9 ed. São Paulo: OMS/OPS, 2010.

PRATTA, E. M. M. et al. O processo saúde-doença e a dependência química: interfaces e evolução. *Psicologia: Teoria e pesquisa*, v. 25, n. 2, p. 203-211, 2009.

UNODC. Relatório mundial sobre drogas. Disponível em: <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2019/06/relatorio-mundial-sobre-drogas-2019_-35-milhes>. Acesso em: 20 de mar de 2021

VISMARI, L. et al. Depressão, antidepressivos e sistema imune: um novo olhar sobre um velho problema. *Arch. Clin. Psychiatry (São Paulo)*, v. 35, p. 5, 2008.